

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1829966 - RJ (2019/0226813-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ELISABETH LEMGRUBER DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : CARLOS GOMES DE FIGUEIREDO NETO -
RJ081286
CRISTIANO CABRAL DA SILVA - RJ127053
AGRAVADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PROCURADOR : FELIPE ROCHA DEIAB E OUTRO(S) - RJ109493
AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : PEDRO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO E
OUTRO(S) - RJ127420

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL QUE RECUSA REGISTRO A ATO DE REVERSÃO DE PENSÃO POR MORTE. PREJUDICIALIDADE DE DECADÊNCIA SUSCITADA NO MANDADO DE SEGURANÇA REJEITADA. FUNDAMENTAÇÃO NÃO ATACADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF.

1. Caso em que o acórdão recorrido, em sede de mandado de segurança, rejeitou a prejudicialidade de decadência ao fundamento de que o ato concessivo de aposentadoria, pensão ou reforma, configura ato complexo, cujo aperfeiçoamento somente ocorre com o registro perante a Corte de Contas, após submissão a juízo de legalidade, e que, entre o envio dos autos ao Tribunal de Contas estadual para apreciação e registro da pensão (14/9/2007) e a sua apreciação (30/10/2008), não transcorreu o prazo de 5 (cinco) anos.

2. Todavia, a recorrente, ao apontar violado o art. 54 da Lei n. 9.784/1999, não trouxe argumentação visando desconstituir referida fundamentação, ou seja, não impugnou especificamente as razões de decidir que, por si sós, respaldam o resultado do julgamento proferido pela Corte de origem. Incide, na espécie, o teor da Súmula 283/STF.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator